



<http://dx.doi.org/10.21707/ga.v11.n01a3>

URBANIZAÇÃO E CRESCIMENTO POPULACIONAL: REFLEXÕES SOBRE A CIDADE DE TERESINA, PIAUÍ

SILVIA MARIA SANTANA ANDRADE LIMA^{1*}; WILZA GOMES REIS LOPES²; ANTÔNIO CARDOSO FAÇANHA³

¹Discente da Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), Universidade Federal do Piauí

²Docente do Departamento de Construção Civil e Arquitetura/ Universidade Federal do Piauí; Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), Universidade Federal do Piauí

³Docente do Departamento de Geografia e História, Universidade Federal do Piauí; Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), Universidade Federal do Piauí

*Autor para correspondência: slima@ufpi.edu.br

Recebido em 12 de dezembro de 2015. Aceito em 19 junho de 2016. Publicado em 31 março de 2017.

RESUMO - As cidades configuram-se como polos de atração, desde tempos remotos, devido ao seu papel aglutinador de atividades comerciais, de serviços, industriais e culturais. A concentração de pessoas em núcleos urbanos está presente na maioria das regiões, acarretando preocupações sociais e ambientais, já que o crescimento populacional está relacionado a maior demanda por recursos, como água, energia, terras, ao aumento da poluição tanto do ar, como das águas e solos e, ainda, à ocorrência de mais contrastes sociais, em que a rede de serviços básicos não atende a todos igualmente. Estudos mostram que o crescimento da população urbana é inevitável e importante para a sobrevivência humana, sendo determinante a forma como esta população ocupa o território, buscando o equilíbrio entre sociedade e meio ambiente, de modo a reduzir os impactos negativos do processo de urbanização. Neste artigo são discutidos aspectos relacionados ao crescimento populacional de Teresina, capital do Piauí, e sua expansão urbana. Foi realizada revisão bibliográfica, a partir do aprofundamento conceitual e histórico sobre o processo de urbanização, crescimento populacional, expansão urbana e as preocupações de planejamento e gestão urbana inerentes a este processo.

PALAVRAS-CHAVE: CRESCIMENTO POPULACIONAL; PROCESSO DE URBANIZAÇÃO; EXPANSÃO URBANA; GESTÃO URBANA.

URBANIZATION AND POPULATION GROWTH: REFLECTIONS ON THE CITY OF TERESINA, PIAUÍ STATE, BRAZIL

ABSTRACT - Cities have been centers of attraction since remote times due to their role of concentrating commercial, service, industrial and cultural activities. The concentration of people in urban areas occurs in most regions, leading to social and environmental concerns, as population growth is related to a greater demand for resources, such as water, energy, land, as well as to the increased pollution of air, water and soil, in addition to more social contrasts, in which the network of basic services does not serve everyone equally. Some studies show that the growth of the urban population is inevitable and important for human survival, and that the way this population occupies the territory, aiming at the balance between society and the environment to reduce the negative impacts of the urbanization process, is a determinant factor. This article discusses aspects related to the population growth in Teresina, capital of Piauí State, and on its urban expansion. A bibliographical review was carried out, based on the conceptual and historical deepening on the process of urbanization, population growth, urban sprawl, and urban planning and management concerns inherent to this process.

KEYWORDS: POPULATION GROWTH; URBANIZATION PROCESS; URBAN SPRAWL; URBAN MANAGEMENT.

LA URBANIZACIÓN Y EL CRECIMIENTO DEMOGRÁFICO: REFLEXIONES SOBRE LA CIUDAD DE TERESINA, ESTADO DE PIAUÍ, BRASIL

RESUMEN - Las ciudades han sido centros de atracción desde la antigüedad porque tiene la función de agrupar las actividades comerciales, de servicios, industriales y culturales. La concentración de personas en los centros urbanos ocurre en la mayoría de las regiones, generando preocupaciones sociales y ambientales, ya que el crecimiento de la población se relaciona con una mayor demanda de recursos como el agua, la energía y la tierra, y con el aumento de la contaminación del aire, del agua y del suelo, además de generar más contrastes sociales, donde la red de servicios básicos no se ajusta a todos por igual. Algunos estudios han demostrado que el crecimiento de la población urbana es inevitable e importante para la supervivencia humana, y que es determinante la forma como la población ocupa el territorio, buscando el equilibrio entre la sociedad y el medio ambiente para reducir los impactos negativos del proceso de urbanización. En este artículo se discuten temas relacionados con el crecimiento demográfico de Teresina, capital del estado de Piauí, y acerca de su expansión urbana. Se realizó una revisión de la literatura, a partir de la profundización conceptual e histórica del proceso de urbanización, del crecimiento demográfico, de la expansión urbana y de las preocupaciones relacionadas con la planificación y gestión urbana inherentes a este proceso.

PALABRAS CLAVE: *CRECIMIENTO POBLACIONAL; PROCESO DE URBANIZACIÓN; EXPANSIÓN URBANA; GESTIÓN URBANA.*

INTRODUÇÃO

Desde o ressurgimento das cidades no final da Idade Média, os aglomerados urbanos enfrentam desafios de gestão e conflitos de interesses. As cidades, como cita Leite e Awad (2012, p. 1) “são o maior artefato já criado pelo homem. Sempre foram objetos de desejos, desafios, oportunidades e sonhos”. Para Lopes (1998), a atração exercida pela cidade está associada aos benefícios de acesso a serviços e economias de escala serem bem mais vantajosos que os problemas urbanos de poluição, de congestionamento, ou ainda de exclusão, de informalidade e de violência. Ainda, segundo Lopes (1998), o processo de urbanização deve-se tanto à concentração, consequência da migração rural, quanto à expansão decorrente do crescimento da população já urbanizada.

A urbanização não só é um fenômeno recente, como também, crescente e, cada vez mais globalizado, como ressalta Santos (2008), estando associada ao processo industrial e de modernização da sociedade e ao desenvolvimento do capitalismo. Trata-se de fenômeno mundial, pois a proporção de pessoas que vivem em cidades cresce a cada ano, tanto em países desenvolvidos, como em países em desenvolvimento (Sperandelli et al., 2013). Em 2014, segundo o relatório “Perspectivas da Urbanização Mundial” (World Urbanization Prospects), produzido pela Divisão das Nações Unidas para População do Departamento dos Assuntos Econômicos e Sociais (DESA), mais de 54% da população do planeta já vivem em cidades e as projeções para 2050 são de um percentual de 66% (UNRIC, 2014).

A urbanização, como destacam vários estudiosos deste processo no Brasil, não depende apenas do crescimento populacional, sendo necessário, dentre outros aspectos, que a população urbana seja maior que a população rural de determinado território (Santos, 2008; Monte-Mór, 2006; Spósito, 2000; Maricato, 2000; Cunha, 2005; Limonad, 2007; Brito; Pinho, 2012). O processo de urbanização está presente na maioria das regiões, associado ao desenvolvimento do capitalismo, seja de forma direta ou, periférica, como no caso de Teresina, Piauí.

Seto et al. (2011) destacam que a urbanização é a forma mais irreversível de impacto sobre o uso da terra, resultando em mudanças na cobertura do solo, nos sistemas hidrológicos, biogeoquímicos, no clima e na biodiversidade. O avanço da urbanização sobre o meio natural, segundo Braga (2001, p. 95), “de maneira

desordenada, tem causado a degradação progressiva de áreas de mananciais, com a implantação de loteamentos irregulares e a instalação de usos e índices de ocupação incompatíveis com a capacidade de suporte do meio”. Braga (2001), ainda, destaca que as densidades urbanas devem observar a capacidade de suporte da infraestrutura e do meio ambiente.

Os impactos ambientais da expansão urbana incluem a perda de vegetação dentro e nos arredores das cidades, o desaparecimento de importantes habitats, queda da qualidade da água e aumento da demanda por água, maior frequência de inundação, devido à impermeabilização do solo e redução da drenagem, aumento dos custos de manutenção para a administração municipal, e perda de terras agrícolas (Sperandelli et al., 2013).

Em um primeiro momento, o processo de urbanização, discutido por Santos (2008), Monte-Mór (2006), Maricato (2000), Spósito (2000), Martine (2007), Cunha (2005), Silveira (2011), Nascimento e Matias (2011), Limonad (2007), teve uma abordagem mais voltada para os aspectos econômicos e sociais. Mais recentemente, este leque se ampliou para as questões ambientais e as relações sociedade e natureza. Alguns colocam que “nada mais insustentável” (Leff, 2001) que o urbano, enquanto outros, apontam as cidades como o “locus privilegiado” para se encontrar caminhos de conciliação entre população e natureza (Martine, 2007).

Segundo Ojima (2007), é natural que o crescimento populacional leve ao crescimento dos espaços físicos urbanos. Contudo, o que se apresenta como novo desafio neste contexto mundial e brasileiro no século XXI, enfatizado por Monte-Mór (2006), é a urbanização extensiva ou espraiamento urbano. Estudos mostram que a conversão de terras rurais para usos urbanos é superior ao crescimento populacional, apontando para uma expansão urbana cada vez mais espraiada do que compacta (Seto et al., 2011; Inostroza et al., 2013).

Esta dispersão urbana acontece, como ressaltam Monte-Mór (2006), Seto et al. (2011) e Sperandelli et al. (2013), devido aos altos preços da habitação em zonas centrais, ao uso do automóvel como principal meio de transporte e à busca de espaços mais tranquilos e seguros. Como explica Ojima (2008), tem-se a expansão dos espaços urbanizados pela expulsão da população de baixa renda para locais mais afastados dos centros consolidados e, mais recentemente, observa-se a valorização de regiões distantes, para os grupos de maior renda, os chamados condomínios fechados.

O processo de urbanização acelerado favoreceu ao adensamento de espaços já urbanizados (verticalização) e a expansão para as periferias, com construções para grupos de baixa renda (conjuntos habitacionais, autoconstrução, loteamentos irregulares, favelas) e, também, com empreendimentos para grupos de média e alta renda (condomínios fechados). Este processo de crescimento espraiado tem como impactos socioambientais, a ampliação das jornadas entre centro (trabalho/consumo) e periferia (casa), o aumento de congestionamentos e da poluição do ar, falta e/ou dificuldade de se assegurar infraestrutura (água, saneamento), o que, conseqüentemente, leva à poluição de rios, além da impermeabilização de grandes áreas, com redução da drenagem e aumento de inundações (Alves et al., 2010).

As soluções para garantir “o urbano” de forma mais equilibrada e equacionar problemas econômicos, sociais e ambientais passam, segundo Rolnik (2008), por um “pacto sócio-territorial”, que envolva a participação de todos e que considere as especificidades sociais, econômicas, ambientais e culturais do espaço. Para Cunha (2010), o acesso ao espaço urbano de forma inclusiva seria um passo importante para garantir este equilíbrio. Enquanto que, Martine e McGranahan (2010, p. 22) pedem uma “atitude proativa” para “lidar de maneira positiva com o crescimento populacional e a integração produtiva de diferentes setores na sociedade urbana”.

Neste artigo são discutidos aspectos relacionados ao processo de urbanização, ao crescimento populacional,

à expansão urbana e às preocupações com o planejamento, visando à sustentabilidade urbana, tendo como enfoque a cidade de Teresina, capital do Piauí, estado da região Nordeste do Brasil.

MATERIAL E MÉTODOS

Para a concretização deste estudo, foi realizada revisão bibliográfica, buscando o entendimento do processo de urbanização, com suas diferenciações regionais e etapas, início, consolidação e novas tendências de queda no crescimento populacional e aumento da concentração de pessoas nos centros urbanos. Apresentou-se, também, a evolução do crescimento urbano e populacional em Teresina, Piauí, procurando por meio de estatística básica (cálculo de crescimento acumulado, porcentagem, taxa de urbanização), relacionar urbanização, crescimento demográfico, no estado do Piauí, sua capital e as demais capitais nordestinas. Foi usado dados secundários, ou seja, principalmente informações e dados publicados em obras de diferentes autores e dados do IBGE.

Também foi construído um mapa relacionando áreas mais densamente povoadas com renda e principais vias de circulação. Para tanto, usou-se o software ArcGIS (10.3), a Malha Digital dos Setores Censitários do IBGE (2010c), cujas tabelas foram alimentadas com dados populacionais (para cálculo de densidades) e renda média (para cálculo em Salário Mínimo - SM), sendo a área recortada de acordo com o atual perímetro urbano de Teresina (Teresina, 2015a), baseando-se em metodologia semelhante empregada pela Prefeitura Municipal de Teresina (Teresina, 2013).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Piauí e Teresina no contexto da urbanização brasileira nas décadas de 1940/1950: o início do processo.

O processo de urbanização brasileiro é recente, ocorrendo, principalmente, a partir da segunda metade do século XX, como de forma geral, também, aconteceu nos demais países da América Latina e países em desenvolvimento. A urbanização brasileira deu-se de forma bastante rápida, já que, em 1940, o Brasil tinha 26,3% da sua população urbana, saltando para 84,4% de urbanização, em 2010. No entanto, somente no Censo de 1970 é percebido que a população urbana brasileira supera a rural. Este processo está ligado às mudanças na economia e na sociedade (Cunha, 2005; IBGE, 2010d).

Na evolução urbana brasileira, os usos do território atrelados às atividades econômicas de exportação, ao longo de sua história, resultaram na fragmentação do espaço brasileiro, agravando as diferenças regionais. É o caso da atividade da cana-de-açúcar no Nordeste, que teve como principais centros Recife e Salvador, e que contribuiu para a criação de pequenos núcleos de povoamento no interior nordestino ligados à criação de gado, atividade de apoio à produção açucareira (Prado Jr., 2012).

O estado do Piauí teve seu povoamento relacionado, inicialmente, à caça ao índio, depois à criação de gado e à agricultura de subsistência de apoio à produção do açúcar. Para Oliveira (1995, p. 60), a pecuária foi uma atividade importante até a segunda metade do século XIX, quando “a pecuária extensiva, tal como se implantou no Piauí, resultou em uma economia primitiva, tradicional e passiva dentro do sistema econômico em formação no Brasil, do qual cada vez mais se distanciava”.

O processo de urbanização não ocorreu de forma igual em todo o território brasileiro. No final do século

XIX, o Brasil apresentava população concentrada no litoral e, principalmente, na região Sudeste. Novamente, os usos do território de acordo com interesses econômicos privilegiaram as capitais e acentuaram as diferenças regionais (Holanda, 2005; Brito; Pinho, 2012). Estes contrastes são ressaltados por Siqueira (2010, p. 220), segundo o qual as cidades litorâneas eram “modernas”, “europeizadas” enquanto as cidades do interior “viviam à margem da civilização”, eram “meras extensões das zonas rurais”. Isto vem reforçar a descrição de Oliveira (1995, p. 60), sobre o território piauiense, de que até meados do século XIX, “junto com as fazendas, instalou-se no Piauí uma civilização rural, marcada pelo isolamento físico, político, econômico e cultural”.

Teresina, fundada em 1852 para ser a nova capital do estado do Piauí, está localizada às margens do rio Parnaíba, rio que separa os estados do Piauí e Maranhão, sendo também cortada pelo rio Poti. É a única capital nordestina que não fica no litoral. Mesmo assim, em 1900, já abrigava uma população de 45.316 habitantes, detendo 13,55% da população total piauiense, se equiparando a capitais como Fortaleza (CE), que no mesmo período, apresentava 48.369 habitantes (IBGE, 2010d; Bastos, 1994). Naquela época, Teresina fazia parte do grupo de capitais brasileiras que concentrava população superior a 45.000 habitantes, como Porto Alegre, Manaus, Curitiba e também, Fortaleza (Holanda, 2005). Observa-se, então, a questão das capitais como centros populacionais de destaque, como também a evolução diferenciada entre elas, percebida nos estágios atuais de crescimento econômico e urbano distintos.

Tanto Maricato (2000), como Siqueira (2010) destacam as reformas urbanas, realizadas em diversas cidades brasileiras, entre o final do século XIX e início do século XX, baseadas no “urbanismo moderno à moda da periferia”, copiado da Europa, aliando higiene, saneamento e estética. Na visão de Maricato (2000, p.22), “implantavam-se as bases legais para um mercado imobiliário de corte capitalista, ao mesmo tempo em que a população excluída desse processo era expulsa para os morros e as franjas da cidade”. Em Teresina, este processo de embelezamento das áreas centrais e expulsão da população de baixa renda para a periferia, iniciou um pouco mais tarde, entre 1937-1945, período do Estado Novo (Nascimento, 2002).

Como descreve Silveira (2007, p.108), “a partir dos anos 1940, iniciou-se no país um processo de urbanização veloz e avantajado, [...], quer pela aceleração do processo, quer por suas dimensões, sob a lógica econômica e territorial da industrialização”. A circulação de mercadorias entre a região Centro-Sul (industrializada) e o Nordeste (consumidor e produtor de matéria-prima) possibilitou o crescimento de muitos núcleos urbanos ao longo das rodovias no interior do país. Isto, segundo Holanda (2005), fez surgir uma rede de cidades que nascem e se fortalecem relacionadas às cidades maiores. A capital do estado do Piauí, Teresina, é um entroncamento rodoviário e seu posicionamento de ligação entre Fortaleza no Ceará, e São Luís no Maranhão, permitiu-lhe certo destaque nesta rede de cidades.

A partir da década de 1940, observou-se também na região Nordeste, os efeitos da crescente urbanização brasileira. A cidade de Recife apresentava, em 1940, uma população de 348.424 habitantes, sendo a capital nordestina mais populosa, seguida de Salvador com 290.443 habitantes (Holanda, 2005). Teresina, em 1940, apresentava população de 67.641 habitantes e uma taxa de urbanização de 51,3%, o que já a caracterizava como principalmente urbana. No quadro nordestino da década de 1940, Teresina era a oitava capital em população dentre as nove, ganhando apenas de Aracaju, quadro que permaneceu até o censo de 1970 (IBGE, 2010d).

Na primeira metade do século XX, a economia piauiense melhorou com o extrativismo, seja com a maniçoba para a produção do látex, a carnaúba na produção de cera ou com o babaçu, para a produção de óleo. Para Oliveira (1995, p. 68), o período entre guerras, além da expansão das atividades econômicas piauienses,

trouxe uma nova relação rural-urbana com “uma integração maior entre a economia rural e as cidades, tendo em conta o surgimento de pequenas indústrias de processamento das matérias-primas, a dinamização do comércio [...]”.

Em Teresina, com a Revolução de 1930 e a implantação do Estado Novo, a ideia de construir uma nova cidade, mais moderna, com aberturas de grandes vias de ligação entre o centro e os pontos de entrada e saída da cidade e obras de embelezamento das áreas centrais, passou a ser meta dos administradores locais (Nascimento, 2002).

Na década de 1930, foi construída a ponte de madeira sobre o rio Poti, ao leste, sendo a saída para Altos, Parnaíba e Fortaleza. A Avenida Presidente Vargas, hoje Avenida Frei Serafim, conectou a ponte com o bairro Centro da capital piauiense. Esta via, à época, foi alargada, arborizada, recebeu meio-fio, terraplanagem e iluminação elétrica, passando a ser uma avenida de referência, dividindo a malha urbana central da cidade em “zona” Norte e Sul (Lima, 2002).

Em 1939, foi criada a ponte ferroviária sobre o rio Parnaíba, denominada João Luiz Ferreira, mais conhecida como “ponte metálica”, unindo Teresina à cidade vizinha de Timon, no Maranhão. Timon, atualmente, faz parte da RIDE - Grande Teresina e é considerada uma extensão da capital piauiense. A ponte tornou-se a ligação com o Maranhão e as cidades de Caxias (MA) e de São Luís, capital maranhense. Aos poucos, Teresina foi conectando-se às outras cidades piauienses e estados vizinhos com a construção destas novas vias (Façanha, 1998).

A população de Teresina, em 1940, era predominantemente urbana, contando com 34.695 habitantes vivendo na zona urbana (IBGE, 2010d). Neste período, o espaço central já se encontrava totalmente urbanizado, existindo ocupações na direção Norte, nas regiões do Mafuá, Vila Operária, Vila Militar, Feira de Amostra e Matadouro seguindo a direção da estrada que ligava o Centro à antiga vila do Poti, região do encontro dos rios Poti e Parnaíba. Também já se observava ocupações nas regiões da Piçarra e Vermelha, na zona Sul na direção da estrada que ligava Teresina às cidades do sul do estado (Façanha, 1998).

No entanto, a relação espaço urbano, natureza e economia em Teresina, ainda são frágeis, pois segundo Lima (2002, p. 192-193), embora a expansão do espaço central e a abertura de vias tenham ocorrido devido ao “aterramento de lagoas”, cortando “encostas e vales”, a cidade permaneceu isolada, como “reflexo da economia piauiense dependente da riqueza das matas exploradas comercialmente e das comunicações demoradas” com vias de transportes precárias, com “estradas empoeiradas no período seco e enlameadas no período chuvoso”.

O crescimento da economia urbano-industrial brasileira se intensificou após a década de 1950. O Brasil se abre ao capital internacional, com o Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), existindo a expansão dos sistemas de transportes e comunicações. Como ressalta Maricato (2000), o urbano se transforma e muitas cidades apresentam um crescimento populacional bem superior à capacidade do poder público de atender suas necessidades de infraestrutura (água, energia, esgoto, habitação, etc). Diante deste contexto, na década de 1960, muitos programas foram criados visando amenizar os desequilíbrios regionais, como a Superintendência de Desenvolvimento da Região Nordeste (SUDENE), de 1959, Banco Nacional da Habitação (BNH), de 1964, entre outros.

Oliveira (1995, p. 75), no entanto, chama atenção para as diferenças na distribuição dos benefícios destes programas na região Nordeste, em detrimento do estado: “o Piauí estava distanciado dos benefícios proporcionados pelo governo federal, que eram voltados basicamente para o rio São Francisco e a região do

litoral”. Aspectos estes que reforçaram as diferenças regionais e os desequilíbrios dentro do próprio território piauiense.

No estado do Piauí, baseado na contagem populacional de 1950, dentre seus 49 municípios, apenas cinco apresentavam população superior a 40.000 habitantes, Teresina com 90.723 habitantes, seguida de Picos, com 54.713, Valença com 51.586, Parnaíba com 49.369 e Oeiras com 44.560 habitantes. Quando se observa apenas a população urbana destes municípios, dentre as cinco aglomerações piauienses mais populosas, apenas Teresina apresentava mais de 50.000 habitantes na zona urbana, com 51.417 habitantes, seguida de Parnaíba, com 30.174 habitantes. Enquanto que, a população de Picos, Valença e Oeiras era predominantemente rural, não ultrapassando a casa dos 4.500 habitantes, aqueles que viviam na zona urbana. Destaca-se, ainda, que apenas 20 dos municípios piauienses, apresentavam população total na casa de 10.000 a 20.000 habitantes (IBGE, 2010d).

A população urbana no Piauí só ultrapassou a população rural, no Censo de 1991, diferentemente de Teresina que, como já mencionado, na década de 1940, apresentava sua população urbana superior à população rural. Este distanciamento de investimentos entre regiões e, também, entre o urbano e o rural fez crescer os movimentos migratórios rural-urbano e entre municípios do interior e capital (Oliveira, 1995).

Entre 1950 e 1960, Teresina passa da população de 90.723 para 142.691 habitantes, representando, na década, incremento de 57,28% (Tabela 1). Neste período, as taxas de crescimento populacional do estado do Piauí foram consideradas elevadas, apresentando, entre o período de 1940/1950, a taxa média geométrica de crescimento de 2,49% a.a., caindo para 1,69% a.a., entre 1950/1960 (Nunes, 2011). Em 1950, a população do município de Teresina já representava 8,7% da população do total do Estado (IBGE, 2010d).

Tabela 1 - População Total e Urbana do Piauí e Teresina, relação populacional e taxas de crescimento acumulado (1940-2010)

ANO	POPULAÇÃO TOTAL			POPULAÇÃO URBANA			TAXA DE CRESCIMENTO	
	PIAUI (1)	TERESINA (2)	PROPORÇÃO (2)/(1)	PIAUI (1)	TERESINA (2)	PROPORÇÃO (2)/(1)	PIAUI	TERESINA
1940	817 601	67 641	8,27%	124 197	34 695	27,93%		
1950	1 045 696	90 723	8,68%	170 584	51 417	30,14%	22,41%	34,12%
1960	1 263 368	142 691	11,29%	298 152	98 329	32,98%	15,21%	57,28%
1970	1 734 894	220 487	12,71%	561 081	181 062	32,27%	27,63%	54,52%
1980	2 188 150	377 774	17,26%	931 204	339 042	36,41%	21,96%	71,34%
1991	2 581 215	599 272	23,22%	1 366 218	556 911	40,76%	17,96%	58,63%
2000	2 841 202	715 360	23,07%	1 787 192	677 470	34,34%	10,07%	19,37%
2010	3 118 360	814 230	26,11%	2 050 959	767 557	37,42%	9,75%	13,82%

Fonte: IBGE (2010d)

Quando o Piauí entra no processo de industrialização do país, no final da década de 1950, é em uma condição de região de economia periférica, com baixa integração no mercado nacional, tanto na dimensão financeira como produtiva. Neste período cresceu principalmente o setor terciário, em detrimento dos setores primário e secundário, trazendo crescimento populacional aos centros urbanos piauienses, com destaque para Teresina onde existia, e ainda existe, uma maior concentração das atividades de comércio e serviços. No Piauí, segundo Façanha (2007), neste mesmo período, as conexões entre as cidades são ampliadas. As novas rodovias construídas pelo Estado, interligando a capital aos diversos municípios do interior e aos estados vizinhos, facilitaram os deslocamentos do interior para capital.

A ocupação do espaço urbano teresinense entre 1940/1950 ultrapassou o espaço central, delimitado pela avenida Miguel Rosa (via circular que acompanha a ferrovia e contorna o bairro Centro), chegando até a margem esquerda do rio Potina direção Leste. Enquanto que, para o lado Norte, a malha urbana já se estendia até o Aeroporto Petrônio Portela. Novos bairros surgiram e os antigos bairros foram melhorados e estruturados tornando-os independentes do Centro histórico. No bairro Piçarra, ao sul da cidade, em 1951, por exemplo, foi instalado o mercado e, em 1958, foi inaugurada a Igreja de São Raimundo (Teresina, 1994).

O crescimento de Teresina para a direção Leste, com ocupações além do rio Poti, ocorreu somente após a construção da ponte de concreto sobre o rio, em 1957, que, consolidou, ainda, a ligação com outras cidades piauienses, como Altos, Parnaíba e municípios do vizinho estado do Ceará, como Sobral e Fortaleza (Lima, 2002).

Ainda segundo Lima (2002, p. 194), a nova política econômica brasileira, voltada para industrialização, que impulsionou a abertura e rodovias no país, fez Teresina, “a partir da década de 1960, tomar um grande impulso de crescimento por ter uma localização estratégica em relação a essa malha rodoviária [...]”, tornando-se entroncamento entre os estados do Maranhão, Piauí, Pernambuco e Bahia.

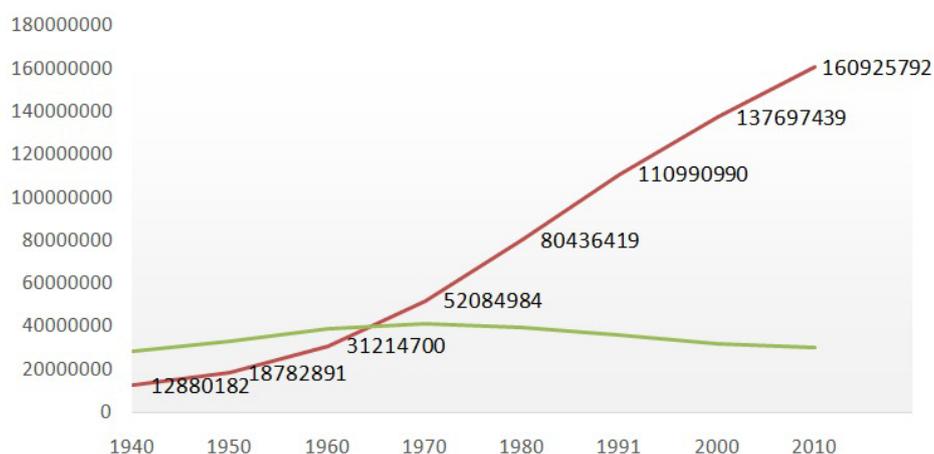
Apesar do incremento na economia do estado do Piauí e de sua capital, estes não conseguem atender a toda a demanda de sua população por melhorias na infraestrutura e nas condições de vida, o que afeta os fluxos internos e a ocupação desigual do território.

Piauí e Teresina nas décadas de 1960/1980: as diferenças regionais no apogeu da urbanização brasileira

No Brasil, entre 1960 e 1970, a população urbana supera a população residente na zona rural, como se observa na evolução populacional urbana e rural (Figura 1).

Segundo Ultramarini (2001, p. 121), a década de 1960 até meados de 1970, “caracteriza-se por uma intervenção urbana com projetos públicos em larga escala, produção em massa de serviços urbanos como habitação, água, esgoto, *design* urbano e rígido funcionalismo urbano”. Para Maricato (2000), os grandes projetos urbanos deste período, tendo à frente o Banco Nacional da Habitação (BNH) integrado ao Sistema Financeiro da Habitação mudaram o padrão de produção das cidades.

Figura 1 - População urbana e rural no Brasil de 1940-2010



Fonte: IBGE (2010d) adaptada pela autora.

O acelerado processo de urbanização no Brasil, tanto na década de 1960/1970, como na década seguinte,

entre 1970/1980, foi marcado pela formação de regiões metropolitanas, verticalização, adensamento das áreas já urbanizadas e a expansão urbana para as áreas periféricas, incentivadas por iniciativas de promoção públicas, como é o caso das construções dos grandes conjuntos habitacionais populares (Alves et al., 2010).

Neste sentido, Maricato (2000, p. 23) observa que estes conjuntos habitacionais populares, que contribuíram para a expansão urbana espraiada e periférica de muitas cidades brasileiras e nordestinas, fizeram

[...] com que o poder público desviasse sua atenção dos vazios urbanos (que, como se sabe, se valorizam com os investimentos públicos e privados feitos nos arredores) para jogar a população em áreas completamente inadequadas ao desenvolvimento urbano racional, penalizando seus moradores e também todos os contribuintes que tiveram de arcar com a extensão da infraestrutura.

Apesar da região Nordeste, em 1980, aparecer como a região menos urbanizada do país, com uma taxa de 50,44%, sua população urbana cresceu e em números absolutos, neste período, era a segunda região mais populosa, só perdendo para o Sudeste. Isto quer dizer que apesar das demais regiões brasileiras, proporcionalmente, apresentarem mais pessoas vivendo na zona urbana do que na zona rural, o Nordeste era bem mais populoso que as regiões Norte, Sul e Centro Oeste. Além de concentrar três aglomerações urbanas com mais de 1.000.000 de habitantes, Recife, Fortaleza e Salvador, possuía, além das outras capitais, mais 26 municípios com população entre 100.000 e 500.000 habitantes (Holanda, 2005; IBGE, 2010d).

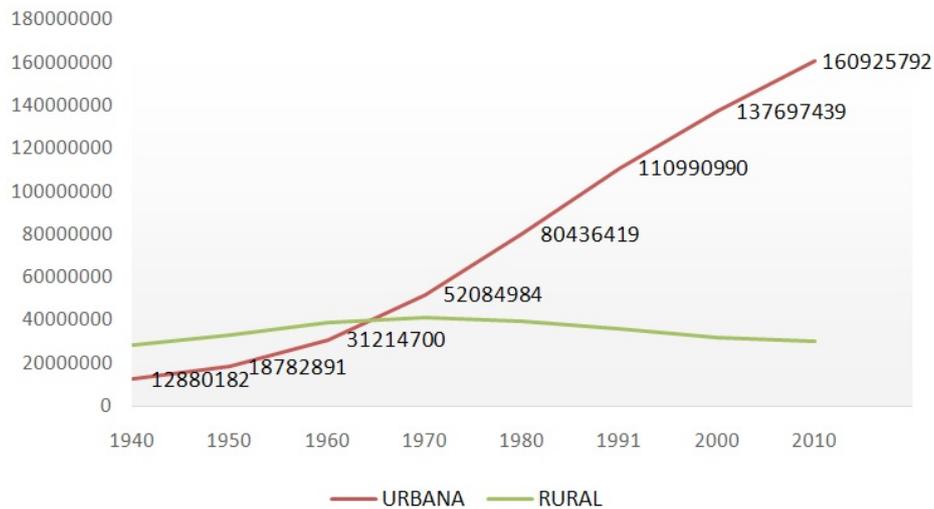
Os períodos 1960/1970, 1970/1980 e 1980/1990, também, foram de forte crescimento populacional e grande impacto na construção do Piauí e de Teresina, onde a instalação de empresas públicas, obras de infraestrutura e os empreendimentos construtivos de conjuntos habitacionais são marcantes na evolução urbana do estado e de suas cidades, principalmente a capital. Teresina passou a registrar crescimentos populacionais cada vez maiores. Entre 1960 e 1970 a taxa de crescimento acumulado da população urbana foi de 54,52%, e o mais expressivo, na década de 1970/1980, de 71,34% (Tabela 1). O crescimento populacional deu-se, dentre outros fatores, em decorrência do aumento do fluxo migratório vindo do interior do estado (Fortes, 2010; IBGE, 2010d).

A partir da década de 1960, estreitaram-se as relações entre o Estado e a economia piauiense. Ações baseadas no planejamento desenvolvimentista patrocinaram estradas, habitação popular, instalações de água, esgoto, energia. Foram criados vários órgãos públicos, todos com sede na capital do Estado, como, em 1962, a Companhia Energética do Piauí S.A. (CEPISA), hoje denominada Eletrobrás; em 1964, a Águas e Esgotos do Piauí S. A. (AGESPISA) e em 1964, a Companhia de Habitação do Piauí (COHAB). Estas instituições impulsionaram o desenvolvimento, nestes setores, do município teresinense, além de consolidar o governo, neste período, como principal empregador de mão de obra na capital piauiense (Nascimento, 2007).

A dependência da economia piauiense ao poder público é visível ao longo de sua história e se reflete na urbanização, modernização e profundas diferenças dentro do estado. No período da ditadura militar, o Piauí, também, foi contemplado na proposta governamental de integração nacional, já que tais metas tinham pretensões de atingir o país inteiro com energia, estradas pavimentadas e comunicações (Oliveira, 1995). O maior incremento nas taxas de crescimento populacional no estado do Piauí ocorreu, justamente, entre as décadas de 1960/1970, quando a taxa geométrica de crescimento populacional anual ficou acima da média nacional, com 3,07% a.a., e na década seguinte, entre 1970/1980, com 2,44% a.a. (Nunes, 2011).

No Piauí, entre 1970 e 1980, têm-se, também, as maiores taxas de crescimento da população urbana, apenas, sendo possível observar a desaceleração deste crescimento no censo de 2010 (Figura 2).

Figura 2 - População urbana e rural no Piauí de 1940-2010



Fonte: IBGE (2010d) adaptada pela autora

O Piauí, em 1980, apresentou taxa de urbanização de 42,56%, alcançando população urbana superior à população rural, por volta da segunda metade da década de 1980, sendo percebido no censo de 1991, portanto, duas décadas depois do que apresentou o Brasil.

Nestes períodos, ocorreu, também, aumento da concentração demográfica em Teresina, que passou da população de 142.691 habitantes, em 1960, para 220.487 habitantes, no Censo de 1970, representando incremento de 54,52 %. Nos períodos entre 1960/1970, 1970/1980 e 1980/1991 foram observadas, na capital piauiense, as maiores taxas de crescimento populacional, apresentando sempre valores superiores a 50%, em cada década, chegando inclusive, no período de 1970/1980, a alcançar a taxa de 71,34% de crescimento populacional (Tabela 1), sendo a maior taxa entre as capitais nordestinas (IBGE, 2010d; Fortes, 2010).

Os investimentos públicos e a distribuição desigual entre interior/capital favoreceram o intenso fluxo migratório de cidades de pequeno porte e de áreas rurais em direção ao município teresinense. Em consequência, a partir de 1960, a cidade de Teresina passou a deter, isoladamente, taxas superiores a 32% do contingente urbano do Piauí (Tabela 1), confirmando a tendência de polarização urbana e o peso esmagador da capital em relação aos demais municípios do Estado (IBGE, 2010d).

Entre as décadas de 1970 e 1980, além do crescimento demográfico, também se observou um aumento na demanda por moradias. Neste período registrou-se grande número de invasões e ocupações, tanto em áreas públicas como privadas, no território teresinense (Lima; Rodrigues Neto, 2006).

Durante o governo militar, na época do chamado “milagre econômico” se procurou atender a demanda por moradias, impulsionando a política habitacional. Os primeiros conjuntos habitacionais entregues à população de Teresina foram produzidos pela COHAB (Companhia de Habitação do Piauí), agente local promotor da política do BNH (Banco Nacional de Habitação), a partir de 1966. Foram disponibilizadas, nesta década, um total de 2.950 unidades, das quais 2.294 casas pertenciam a um único conjunto habitacional, o Parque Piauí,

edificado bem distante da zona urbana já consolidada. Com financiamento do BNH, foram produzidos, até 1990, 43 conjuntos com 34.594 unidades habitacionais (Teresina, 2008). Surgiram novos bairros a partir destes conjuntos. Grande parte deles foi construído distante da mancha urbana consolidada à época, aspecto este que caracterizou estas construções habitacionais em Teresina: afastados, com necessidade de extensão de obras e serviços, atendendo também a glebas intermediárias e favorecendo processos de especulação imobiliária.

A implantação destes conjuntos habitacionais em várias áreas da cidade acelerou o processo de urbanização de Teresina, determinado pelo fluxo migratório, consequência das dificuldades de recursos e de infraestrutura (educação e saúde) no interior do estado. Historicamente, a população de nível de renda mais baixo foi, principalmente, ocupando áreas menos valorizadas e mais distantes do centro. Atualmente, se observa a busca destas áreas mais distantes, também, pela população de nível mais alto, atraída pela promessa de melhor moradia nos condomínios horizontais fechados.

Segundo o censo de 1980, 43,20% da população da capital piauiense era formada por habitantes vindos de outros lugares (IBGE, 1980). O crescimento progressivo desta taxa chegou a atingir, segundo Mendes (1996), mais de 50% de migrantes em 1991, formada por uma população nova, que buscava trabalho e educação. Estes novos habitantes da cidade espalharam-se pelo território, de modo desigual e fragmentado, formando novos bairros que em alguns casos, de tão populosos, pareciam cidades dentro de outra cidade, como é o caso do bairro Dirceu Arcoverde, na Região Administrativa Sudeste.

Consolidação do processo de urbanização pós-1990: a queda nas taxas de crescimento populacional e a concentração urbana

Na década de 1990, estudiosos da urbanização brasileira como Maricato (2000), Brito e Pinho (2012) constataram que o crescimento demográfico brasileiro sofreu desaceleração, consequência, dentre outros fatores, da redução da migração rural-urbana e do declínio nas taxas de fecundidade. Segundo os mesmos autores, após 1980, o ciclo de expansão assumiu novo padrão, apresentando desaceleração do crescimento da população urbana, observando-se que no período de 1970-1980, cresceu a taxas de 2,48% a.a., de 1980-1991 o crescimento passa para 1,93 % a.a., e de 1991 a 2000 diminui para 1,64% a.a., chegando em 2000-2010 a crescimento de 1,17% a.a. Observa-se, também, no mesmo período a evolução do grau de urbanização da população brasileira que em 1980 tem índice de 67,31%, em 1991 tem taxa de 75,59%, em 2000 de 81,22%, e em 2010 alcança o patamar de 84,36% de índice de urbanização (IBGE, 2010d).

Ou seja, a concentração populacional nas zonas urbanas torna-se cada vez maior, sendo acompanhada pela expansão do seu território, sendo mais difícil atender suas demandas. Associa-se, também, a estes aspectos o baixo crescimento econômico brasileiro, nas décadas de 1980 e 1990, que ficou aquém das taxas de crescimento populacional, trazendo recessão e impactos na área social e ambiental, ampliando as diferenças e desigualdades (Maricato, 2000).

A recessão econômica e os impactos socioambientais, a partir da década de 1980, trouxeram mudanças no campo político-urbano, com a redemocratização do país e a Constituição de 1988. Nos artigos constitucionais 182 e 183, do capítulo da Política Urbana, são apontadas diretrizes para o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e foi estabelecido o Plano Diretor como seu principal instrumento (Brasil, 1988). Vale destacar, ainda, a Rio-92, a Agenda 21 Nacional, de 2000, e o Estatuto da Cidade, de 2001, que incorporaram não só questões sociais, mas também ambientais na relação espaço, população e desenvolvimento (Martine, 2007).

O Piauí, cada vez mais, torna-se urbano e alcança taxa de urbanização superior a 65%, segundo o último censo (IBGE, 2010a). De 1980 a 1991 há um decréscimo na taxa de crescimento acumulado da população rural na ordem de 3,34% que se acentuou na década seguinte (1991/2000), quando a queda foi de 13,25%. No entanto, a população rural piauiense, entre 2000-2010, depois destas duas décadas de queda, voltou a apresentar leve crescimento, na ordem de 1,25%, como pode ser visualizado na Figura 6.2. Houve uma estabilização, com leve crescimento na quantidade de pessoas que viviam na zona rural. Apesar dos sucessivos aumentos na população urbana, este leve crescimento da população rural, no atual contexto piauiense, talvez, se deva à redução nas migrações rural-urbana, à expansão do agronegócio no Sul do Piauí, entre outras questões como, melhoria na infraestrutura e no acesso a serviços, no interior do Estado. Estes dados também reforçam, mais uma vez, as diferenças regionais e internas à própria unidade federativa, já que as cidades piauienses apresentam realidades diversas, não sendo um quadro generalizado.

Em todas as regiões brasileiras, as áreas urbanas são os espaços preferenciais para se viver. Segundo o último censo, a região Sudeste apresentou taxa de urbanização de 92,9%, seguida pela região Centro-Oeste, com taxa de 88,8%. Enquanto que, a taxa de urbanização na região Sul foi de 84,9%, seguida de 73,5%, no Norte, o Nordeste, apresentou taxa de 73,1%, que corresponde a menor taxa de urbanização dentre as regiões brasileiras (IBGE, 2010d).

Segundo análises desenvolvidas por Brito e Pinho (2012), há relativa estabilidade na participação do crescimento demográfico e no processo de urbanização brasileira de três grupos de aglomerados urbanos (1-regiões metropolitanas mais antigas, 2- regiões metropolitanas pós-1988 e 3-urbano não metropolitano). Ainda, segundo estes autores, isto mostra uma redistribuição da população urbana em direção às cidades médias menores (100.000 a 500.000 habitantes) e cidades médias maiores (500.000 a 1.000.000 habitantes), depois às cidades nas regiões metropolitanas e no urbano não metropolitano. Ou seja, as cidades com população entre 100 e 500 mil habitantes crescem mais que as cidades com mais de 500 mil habitantes. As cidades médias maiores, entre 500.000 e 1.000.000 de habitantes, têm crescido nas regiões metropolitanas e, na última década de recenseamento 2000-2010, principalmente no grupo das regiões metropolitanas criadas pós-1988, como é o caso de Teresina, e no grupo do urbano não metropolitano. Neste contexto, Holanda (2005) chama atenção que, quando se observa a distribuição das cidades segundo as regiões, a concentração maior de municípios entre 500.000 e 1.000.000 de habitantes está nas regiões Sudeste e Nordeste.

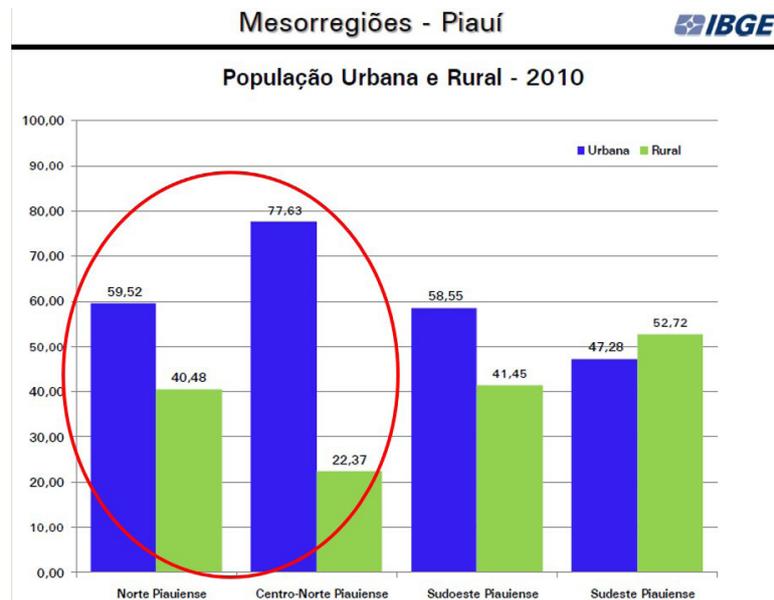
O Piauí tem 224 municípios, dos quais 83 têm menos de 5.000 habitantes e 116 deles apresentam população entre 5.000 e 20.000 habitantes. Ou seja, 88,84% dos municípios piauienses têm menos de 20.000 habitantes. Teresina detém 26,11% da população do estado, sendo Parnaíba, o segundo maior município piauiense, com 4,67% destes habitantes (CEPRO, 2012).

Ao se observar as mesorregiões do estado, percebe-se que estas diferenças são ainda maiores como pode ser visto na Figura 3 que representa esta distribuição da urbanização e população urbana-rural no território piauiense. As áreas mais ao Norte do estado são as mais urbanizadas, justamente onde se encontram a capital Teresina e a segunda maior cidade piauiense, que é Parnaíba (Nunes, 2011).

Teresina apresentou em 2010, segundo dados do IBGE (2010a), população de 814.230 habitantes e taxa de urbanização de 94,3%, chegando a 1.154.716 habitantes, ao se considerar a população da Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina (RIDE-Grande Teresina). A RIDE-Grande Teresina foi criada pelo Decreto Lei nº 4.367, de 9 de setembro de 2002 (Brasil, 2002), compreendendo além de Teresina, mais

14 municípios, Altos, Beneditinos, Coivaras, Currálinhos, Demerval Lobão, José de Freitas, Lagoa Alegre, Lagoa do Piauí, Miguel Leão, Monsenhor Gil, Nazária, Pau D'Arco, União, no Piauí e o município de Timon, no Maranhão (Brasil, 2002).

Figura 3 - Piauí, Mesorregiões e distribuição População Urbana e Rural



Fonte: Nunes, 2011, com destaque da autora

Dos municípios piauienses que participam desta região, os mais populosos são União, que apresenta 1,37% da população total do estado, Altos, que detém 1,24% deste contingente e José de Freitas, com, apenas, 1,19% (IBGE, 2010a). Dessa forma, percebe-se que a capital Teresina se apresenta numa situação marcada pela “macrocefalia” em relação aos demais 223 municípios piauienses.

Na T fazem par	CIDADES RIDE	2000					2010			TAXA URB	TAXA CRESC	ÁREA (km ²)	dades que
		TOTAL	URB	RUR	TAXA URB	TAXA CRESC	TOTAL	URB	RUR				
	ALTOS	39 122	26 199	12 923	66,97%	0,69%	38 822	27 388	11 434	70,55%	-0,77%	957,62	
	BENEDITINOS	9 712	5 214	4 498	53,68%	-22,20%	9 911	6 261	3 650	63,17%	2,05%	792,56	
	COIVARAS	3 507	875	2 632	24,95%	X	3 811	1 173	2 638	30,78%	8,67%	506,72	
	CURRALINHOS	3 641	797	2 844	21,89%	X	4 183	1 331	2 852	31,82%	14,88%	362,80	
	DEMerval LOBÃO	12 489	10 254	2 235	82,10%	2,22%	13 278	10 873	2 405	81,89%	29,49%	221,02	
	JOSÉ DE FREITAS	32 858	18 110	14 748	55,11%	11,57%	37 085	21 601	15 484	58,25%	12,86%	1 538,21	
	LAGOA ALEGRE	6 849	2 337	4 512	34,12%	X	8 008	3 042	4 966	37,99%	16,92%	394,66	
	LAGOA DO PIAUÍ	3 488	930	2 549	26,66%	X	3 863	1 672	2 191	43,28%	10,75%	427,20	
	MIGUEL LEÃO	1 370	749	621	54,67%	9,25%	1 253	862	331	68,79%	-8,54%	74,52	
	MONSENHOR GIL	10 309	4 877	5 432	47,31%	-6,16%	10 333	5 309	5 024	51,38%	0,23%	582,06	
	NAZÁRIA	X	X	X	X	X	8 068	1 652	6 416	20,47%	X	363,80	
	PAU D'ARCO	X	X	X	X	X	3 757	556	3 201	14,80%	X	426,63	
	UNIÃO	39 801	16 089	23 712	40,42%	-3,69%	42 654	20 965	21 689	49,15%	7,17%	1 173,45	
	TIMON	129 692	113 066	16 626	87,18%	20,71%	155 396	135 119	20 277	86,95%	19,82%	1 713,00	
	TERESINA	715 360	677 470	37 890	94,70%	19,37%	814 230	767 557	46 673	94,27%	13,82%	1 391,98	

Fonte: IBGE (2000), IBGE(2010a) elaborada pela autora
Legenda: URB (urbano); RUR (rural); TAXA URB (taxa de urbanização); TAXA CRESC (taxa de crescimento)

Observa-se crescimento populacional e processo de urbanização diferenciado em Timon, cidade maranhense vizinha à Teresina, e Demerval Lobão, cidade piauiense que fica a 35 km de distância da capital. Timon apresentou população de 155.396 habitantes, segundo o último censo de 2010, taxa de urbanização de 86,95% e crescimento populacional de 19,82%, na última década (Tabela 2). Esta cidade maranhense separada da capital piauiense apenas pelo rio Parnaíba, tem aspectos de crescimento e urbanização semelhantes à Teresina, inclusive superando nas últimas décadas, as taxas de crescimento populacional da capital piauiense. Outra cidade que chama atenção em termos de crescimento populacional, apresentando 29,49 % na última década, e taxa de urbanização de 81,89%, foi a cidade de Demerval Lobão, ficando bem acima das demais (IBGE, 2000; IBGE, 2010a).

A construção da ponte Mariano Castelo Branco (mais conhecida como ponte do Poti Velho), em 1992, estabeleceu um novo vetor de crescimento na direção do extremo Norte da cidade, para além do rio Poti. O perímetro urbano foi alterado, tendo, em 1993, segundo Mendes (1996), no sentido norte-sul aproximadamente 23,5 km e, no sentido Leste-Oeste, 16 km, distribuídos de modo fragmentado, em que existiam áreas densamente ocupadas e também grandes vazios demográficos.

Os grandes conjuntos habitacionais faziam parte e continuam participando, fortemente, da expansão urbana de Teresina. Segundo o documento Teresina Agenda 2030 (Teresina, 2015b, p. 38), “foram construídos, até o ano de 2001, em torno de 90 conjuntos residenciais populares, com aproximadamente 60.000 unidades”. Estima-se que 30% da população residente em Teresina, até 2001, morava em unidades de conjunto habitacional, segundo dados da prefeitura Municipal (Teresina, 2008). Em 2012, somaram-se a estes valores mais 8.938 unidades habitacionais, entregues pelo Programa Minha Casa Minha Vida. Mesmo assim, o déficit habitacional do município de Teresina, considerando o urbano e o rural, foi estimado em 55.305 domicílios, valor ainda alto (Teresina, 2012).

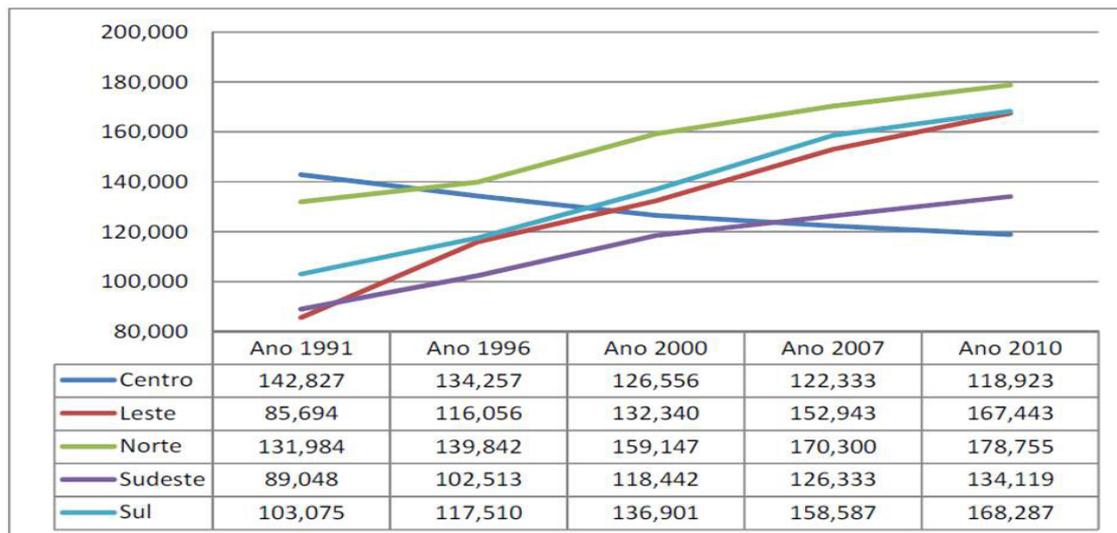
Fatores ligados à disponibilidade de grandes áreas territoriais e aos custos da terra em espaços mais centrais, levaram à implantação de grandes conjuntos habitacionais em áreas afastadas, como é o caso do Conjunto Jacinta Andrade, de iniciativa da ADH (Agência de Desenvolvimento Habitacional do Estado do Piauí), financiado pelo Governo Federal, que iniciou sua construção em 2012, somando um total de 4.300 moradias, na Região Norte. Vale destacar, que em 2013, foi criado o bairro Jacinta Andrade, por meio da Lei nº 4.423, de 16 de julho de 2013 (Teresina, 2017). Teresina tem diversos bairros originários de implantação de conjuntos habitacionais, prática ainda atual.

Na evolução da população urbana de Teresina por Zona Regional, ainda de acordo com divisão municipal de 2010, e segundo os censos de 1991, 2000 e 2010 (IBGE, 1991, 2000, 2010a), observa-se que as Regiões Administrativas Municipais, Leste, Norte, Sul e Sudeste apresentaram crescimento demográfico e somente a Região Centro perdeu população. Isto demonstra o esvaziamento desta área, que deixou de ser residencial para tornar-se, predominantemente, comercial. Segundo Lima (2002, p. 196), desde a década de 1970, a Região Leste, atraiu moradores vindos da região central e residentes da Avenida Frei Serafim, motivados pela criação da Universidade Federal do Piauí, e incentivos encontrados na “promulgação do Plano Diretor da Prefeitura Municipal, estabelecendo uma área mínima de dimensão superior à de outros bairros da cidade, para lotes

urbanos e a obrigatoriedade do recuo para construções [...]”. Dessa forma, tornou-se a Região Leste, a área mais procurada pela população de maior poder aquisitivo, mais valorizada, recebendo mais investimentos do poder público.

Lima Jr. et al. (2013), apresentaram a evolução da população urbana de Teresina, segundo divisão da Prefeitura Municipal em 2010, por Região Administrativa (Figura 4), o que torna mais fácil a visualização destes dados. As Regionais Administrativas mais populosas são a Norte, seguida das Sul e Leste.

Figura 4 - Gráfico com evolução da população urbana de Teresina por Região Administrativa de 1991 a 2010



Fonte: Lima Jr. et al. (2013, p. 6)

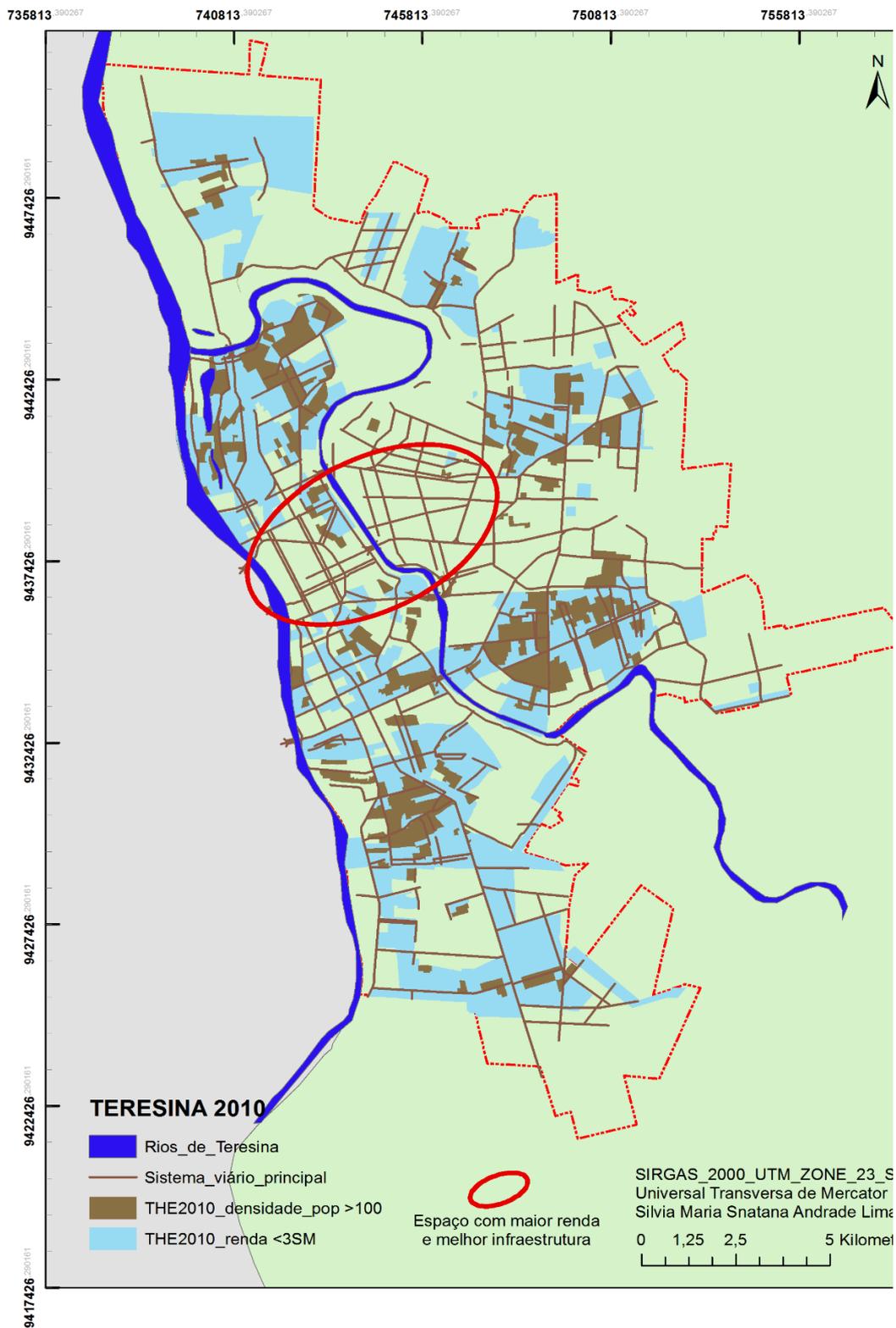
Na Figura 5, apresenta-se mapa relacionando as regiões mais populosas de Teresina com a renda da população de até três SM (Salário Mínimo), utilizando dados do IBGE (2010) malha censitária, população (em densidade demográfica), renda média (em salário mínimo), vias de circulação e o perímetro urbano atualizado de 2015.

Nas regiões em azul, que representam os espaços ocupados por população com renda média até 3 Salários Mínimos (SM), estão localizados, também, os setores mais densamente povoados de Teresina, com densidade acima de 100 hab/ha, representados pelas manchas marrons. Os espaços centrais, mais bem servidos de infraestrutura, localizados dentro da elipse de borda vermelha, tem predominantemente territórios habitados por população com renda superior a 3 salários mínimos e densidades abaixo de 100 hab/ha (Figura 5).

É possível perceber, especialmente, as diferenças na distribuição da população, renda e dos serviços urbanos, deixando claro que a população de menor renda se localiza nos espaços mais afastados, formando “bolhas” em torno deste território melhor atendido por serviços públicos, demonstrando que Teresina, também, apresenta os mesmos problemas de urbanização espalhada e desigual, necessitando de atitudes em favor de uma cidade mais inclusiva.

É necessário lidar de maneira positiva, como sugere Martine e McGranahan (2010), com o crescimento populacional e o processo de urbanização, orientando a expansão espacial da cidade, de modo a reduzir os impactos negativos deste processo, evitando degradação ambiental e garantindo acesso ao espaço urbano, com qualidade, para toda a população.

Figura 5 - Mapa de Teresina relacionando áreas populosas, vias de circulação e renda até 3 Salários Mínimo (SM)



Fonte: Construídos a partir do software ArcGIS (10.3) com dados populacionais do IBGE (2010a, 2010b), malha censitária do IBGE (2010c) e perímetro Teresina (2015), baseado em Teresina(2013)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se no cenário urbano mundial o desalinhamento entre o crescimento da população e a expansão dos espaços físicos ocupados pela urbanização. As cidades se espalham por espaços cada vez maiores, deixando grandes vazios demográficos e construtivos, que fragmentam o tecido urbano, criando segregação e restrições de acesso a serviços, devido a custos de implantação e de manutenção. Dessa forma, estudos sobre estes aspectos são necessários como referências importantes para o conhecimento de diferentes realidades deste fenômeno, ajudando com informações para o planejamento mais eficiente, visando uma gestão do espaço urbano, que possibilite menor consumo de solos e de recursos naturais e seja mais sustentável.

Diferenças regionais na distribuição da população e processo de urbanização no estado do Piauí e capital são marcadas pela desigualdade regional, rural-urbano, e também no acesso ao espaço e à serviços.

O acelerado crescimento da cidade, tanto em população como em território, continua marcando Teresina, assim como as formas de ocupação rarefeita e espraiada, sem ações efetivas do poder público, que muitas vezes corrobora com este processo. Como o poder público é um dos principais agentes neste processo, cabe a ele, ações mais efetivas de controle da expansão e do uso dos espaços da cidade, sejam os construídos ou os espaços livres de edificações. E à população, cabe maior participação neste processo, para garantir os usos dos espaços urbanos e dos serviços públicos, em benefício de todos.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (Processo 449752/2014-3), pelo apoio financeiro.

REFERÊNCIAS

Alves HPF, Alves CD, Pereira MN, Monteiro, AMV. 2010. Dinâmicas de urbanização na hiperperiferia da metrópole de São Paulo: análise dos processos de expansão urbana e das situações de vulnerabilidade socioambiental em escala intraurbana. **R. Bras. Est. Pop.**, 27(1):141-159.

Bastos CA. 1994. **Dicionário Histórico e Geográfico do Estado do Piauí**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves – PMT.

Braga R. 2001. Política urbana e gestão ambiental: considerações sobre plano diretor e o zoneamento urbano. In: Carvalho PF, Braga R. (Org.) **Perspectivas de Gestão Ambiental em Cidades Médias**. Rio Claro: LPM-UNESP, p. 95-109.

Brasil. Presidência da República. 2002. **Decreto nº 4.367, de 9 de setembro de 2002**. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4367.htm>. Acesso em: 28 de out. 2016.

Brasil. Presidência da República. 2001. **Lei nº 10.257**, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 26 out. 2016.

Brasil. Presidência da República. 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 jun. 2016.

Brito FA, Pinho ATD. 2012. A dinâmica do processo de urbanização no Brasil, 1940-2010. Belo Horizonte: **UFMG/CEDEPLAR**. (Texto para discussão, n. 464). Disponível em: <<http://cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20464.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

CEPRO, Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí, 2012. **Piauí em números**. 9. ed. Teresina: Fundação CEPRO. Disponível em: <http://www.cepro.pi.gov.br/download/201306/CEPRO07_8a8208d146.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2017.

Cunha, JMP. 2005. Migração e Urbanização no Brasil: alguns desafios metodológicos para análise. **São Paulo em Perspectiva**, 19(4): 3-20.

Cunha, JMP. 2010. Planejamento Municipal e Segregação Socioespacial: por que importa? In: Baeninger, R.(Org.), **População e Cidades: subsídios para o planejamento e para políticas sociais**. Campinas: Núcleo de Estudos de População – NEPO/Unicamp; Brasília: UNFPA, p. 65-77.

Façanha, AC. 1998. **A evolução Urbana de Teresina: agentes, processos e formas espaciais** Universidade Federal de Pernambuco, 1998. Departamento de Geografia, 325 p.

Façanha, AC. 2007. **Planejamento estratégico e mercado urbano: Teresina em questão**. In: Lima, AJ. (Org.) **Cidades brasileiras – atores, processos e gestão pública**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

Fortes, RLF (Coord.). 2010. **Perfil de Teresina: Econômico, Social, Físico e Demográfico**. Teresina: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEMDEC). Disponível em: <<http://www.teresina.pi.gov.br/portalmpt/orgao/SEMDEC/doc/20100709-336-1461-D.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

Holanda, VCC. 2005. Oscilações Demográficas nas Cidades Brasileiras – Uma leitura a partir dos Censos Oficiais. In: **Encontro de Geógrafos da América Latina**, 10, 2005, São Paulo, Anais...São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiadelapoblacion/27.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2016.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010a. **Censo 2010_População**. Disponível em: <http://ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default_resultados_universo.shtm> Acesso em: 28 jan. 2017.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010b. **Censo 2010_Agregados por Setores Censitários**. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Sinopse/Agregados_por_Setores_Censitarios/> Acesso em: 28 jan. 2017

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010c. **Malha Digital de Setores Censitários**. Disponível

em: <http://downloads.ibge.gov.br/downloads_geociencias.htm> Acesso em: 28 jan. 2017.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010d. **1872-2010_Estatísticas**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse/sinopse_tab_brasil_zip.shtm> Acesso em: 28 jan. 2017.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2000. **Censo 2000_População**. Disponível em: <<http://ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/default.shtm>> Acesso em: 28 jan. 2017.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1991. **Censo 1991**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censodem/default_censo1991.shtm> Acesso em: 28 jan. 2017.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1980. **Censo 1980**. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=7310>> Acesso em: 28 jan. 2017.

Inostroza L, Baur R, Csaplovics E. 2013. Urban sprawl and fragmentation in Latin America: A dynamic quantification and characterization of spatial patterns. **Journal of Environmental Management**. 115: 87-97.

Leff, E. 2001. **Saber Ambiental. Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. Petrópolis, RJ: Vozes.

Leite C, Awad JCM. 2012. **Cidades Sustentáveis, Cidades Inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano**. Porto Alegre: Bookman.

Lima Jr. OF, Loureiro AS, Petenate M. 2013. **Debates sobre Logística Urbana Brasileira: grupos focais**. Teresina: Centro de Logística Urbana do Brasil (CLUB). Disponível em: <<http://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/2015/02/RELAT%C3%83%E2%80%99CRIO-T%C3%83%E2%80%B0CNICO-TERESINA.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2015.

Lima, IMMF. 2002. Teresina: Urbanização e Meio Ambiente. **Scientia et Spes**, 1(2):181-206.

Lima, AJ, Rodrigues Neto EX. 2006. Governo local e iniciativas de políticas urbanas em Teresina. **Cadernos Metrôpole**. 15: 113-144. Disponível em: <<http://cadernosmetropole.net/edicao/15>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

Limonad E. 2007. Urbanização Dispersa mais uma Forma de Expressão Urbana? **Revista Formação**. 1(14): 31-45.

Lopes R. 1998. **A cidade intencional: o planejamento estratégico de cidades**. Rio de Janeiro: Mauad.

Maricato E. 2000. Urbanismo na Periferia do Mundo Globalizado: Metrôpoles Brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, 14(4): 21-33.

Martine G. 2007. 2007. O lugar do espaço na equação população / meio ambiente. **R. Bras. Est. Pop.**, São Paulo, 24(2):181-190.

Martine G, Mcgranahan G. 2010. A Transição Urbana Brasileira: trajetória, dificuldades e lições aprendidas. In: Baeninger R. (Org.). **População e Cidades: subsídios para o planejamento e para políticas sociais**. Campinas:

Núcleo de Estudos de População – NEPO/Unicamp; Brasília: UNFPA, p. 11-24.

Mendes G. 1996. **Balaio de ideias**. Teresina.

Monte-Mór RL. 1994. Urbanização extensiva e lógica de povoamento: um olhar ambiental. In: Santos et al. **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, p. 169-181.

Monte-Mór RL. 2006. O que é urbano, no mundo contemporâneo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, 111: 09-18.

Nascimento E, Matias, LF. 2011. Expansão urbana e desigualdade socioespacial: uma análise da cidade de Ponta Grossa (PR). **RA'EGA**, 23: 65-97.

Nascimento FA. 2007. Cajuína e cristalina: as transformações espaciais vistas pelos cronistas que atuaram nos jornais de Teresina entre 1950 e 1970. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27(53): 195-214.

Nascimento FA. 2002. **A Cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937 -1945)**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2002.

Nunes EP. 2011. **Censo Demográfico 2010: Retratos do Brasil e do Piauí**. Rio de Janeiro: IBGE.

Ojima R. 2007. Dimensões da urbanização dispersa e proposta metodológica para estudos comparativos: uma abordagem socioespacial em aglomerações urbanas brasileiras. **R. bras. Est. Pop.** v. 24, n. 2, p. 277-300, 2007.

Ojima R. 2008. Novos contornos do crescimento urbano brasileiro? O conceito de UrbanSprawl e os desafios para o Planejamento Regional e Ambiental. **GEOgraphia**, 10(19):46-59.

Oliveira, FM. 1995. Formação Econômica. In: Santana, RNM (Org). **Piauí: Formação, Desenvolvimento, Perspectivas**. Teresina: Halley, p. 55-81.

Prado Jr C. 2012. **História Econômica do Brasil**. 43. ed. São Paulo: Brasiliense.

Rolnik R. 2008. Pactuar o território: desafio para a gestão de nossas cidades. **Revista Princípios**, 97:22-27, 2008.

Santos M. 2008. **A Urbanização Brasileira**. 5. ed. São Paulo: EDUSP.

Seto KC. et al. 2011. A Meta-Analysis of Global Urban Land Expansion. **PLoS ONE**, 6(8).

Silva JG. 1998. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp-Instituto de Economia.

Silveira JAR. 2011. “Caos urbano”: (mais) algumas reflexões sobre a lógica complexa de produção e reprodução da cidade. **Cadernos do PROARQ**, 17:104-112.

Siqueira MPS. 2010. Urbanização desigual e desigualdade nacional: um descaminho no processo do desenvolvimento brasileiro. **Dimensões**, 25: 215-234.

Soares V, Silva Neto FF. [199-]. **História e Geografia do Piauí**. 2. ed. Teresina: Freire & Comp. Ltda.

Sperandelli DI, Dupas FA, Pons NAD. 2013. Dynamics of Urban Sprawl, Vacant Land, and Green Spaces on

the Metropolitan Fringe of São Paulo, Brazil. **Journal of Urban Planning and Development**. 139: 274-279.

Spósito MEB. 2000. **Capitalismo e Urbanização**. 10. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2000. Coleção Repensando a Geografia.

Teresina, Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação. SEMPLAN, 2015a. **Mapas de Teresina**. Disponível em: <<http://semplan.teresina.pi.gov.br/mapas-interativos/>> Acesso em: 28 jan. 2017.

Teresina, Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação. SEMPLAN. 2015b. **Legislação Urbana**. Disponível em: <www.semplan.teresina.pi.gov.br/legislacao_urbana/> Acesso em: 08 jan. 2017.

Teresina, Prefeitura Municipal de Teresina. 2013. Plano Plurianual 2013/2014. Lei n 4.483/2013. **Anexo II – Diagnóstico e Perspectiva Econômica**. Disponível em: <<http://www.teresina.pi.gov.br/sistemas/domweb/admin/upload/DOM1581-A-19122013.pdf>> Acesso em: 17 jan. 2017.

Teresina, Prefeitura Municipal de Teresina. 2012. **Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS de Teresina – PI. Produto 3: Estratégias de ação**. Teresina: dezembro de 2012. Disponível em: <<http://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/2014/09/PRODUTO-3 ESTRATEGIAS DE AÇÃO.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2017

Teresina, Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação, Prefeitura Municipal de Teresina. 2008. **Teresina Agenda 2015 A Cidade que Queremos: Diagnósticos e Cenários Habitação**. Disponível em: <<http://www.teresina.pi.gov.br/portalmpt/orgao/SEMPLAN/doc/20080924-160-599-D.pdf>>. Acesso em: 08 jan. 2017.

Teresina, Prefeitura Municipal de Teresina. 1994. **Teresina: aspectos e características**. Perfil 1993, Revisto e Atualizado. Teresina: Prefeitura Municipal de Teresina, 1994.

Ultramari, C. 2001. Origens de uma política urbano-ambiental. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, 3:65-78.

UNRIC - Centro Regional De Informações das Nações Unidas. 2014. **World UrbanizationProspects**. Disponível em: <<http://www.unric.org/pt/actualidade/31537-relatorio-da-onu>>. Acesso em: 10 dez. 2015.